



Estatuto da Juventude deve ser votado amanhã

Texto que trata dos direitos das pessoas com idade entre 15 e 29 anos gera polêmica em pontos como gratuidade no transporte interestadual e exclusão de Copa e Olimpíada da regra de meia-entrada para estudantes e jovens carentes

Caso seja aprovado pelo Plenário com as mudanças apresentadas por senadores, projeto do Estatuto da Juventude terá que voltar à Câmara dos Deputados.

Pauta da semana inclui outro assunto controverso: a criação de tribunais regionais federais, que depende de acordo para votação e que será discutido hoje em reunião de líderes partidários com a ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti.

Também deve ser votada proposta que obriga dirigentes de agências reguladoras a prestarem contas anualmente ao Senado. **3**



Fernando Nipper/Guademmm/Rock in Rio

Em espetáculos culturais e esportivos, a meia-entrada será garantida a estudantes e jovens carentes, segundo o projeto

Prazo de envio da LDO 2014 ao Congresso termina hoje **6**

Decreto legislativo poderá anular decisão do TSE **2**

Imposto discriminado na nota tem apoio da população **7**

Comissão discute ICMS e alternativas à guerra fiscal **6**

Rolleberg busca solução para a Serra da Canastra **2**



Agência Petrópolis

Brasil quer extrair minerais estratégicos

Subcomissão do Senado buscará formas de estimular produção nacional de terras-raras, insumo de equipamentos de alta tecnologia. **4 e 5**

Usina eólica no Rio Grande do Norte: gerador feito à base de terras-raras

Economia e política na pauta de encontro entre Lula e Renan **7**

Ex-presidente recebe Renan Calheiros no Instituto Lula: aliança partidária também foi tema da conversa



Ricardo Stuckert/Instituto Lula

O diploma estrangeiro e a burocracia **8**



Waldemir Barreto/Agência Senado

Defendida por algumas entidades, a validação automática de diploma estrangeiro foi rejeitada por debatedores

Projeto visa sustar mudança nas bancadas da Câmara

Eduardo Lopes quer revogar decisão do TSE que redistribuiu o número de deputados federais com base no Censo de 2010. Alteração diminui as representações de oito estados e aumenta as de cinco

A DECISÃO DO Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de redefinir o número de deputados federais por estado poderá perder a validade, caso seja aprovado, no Senado e na Câmara, projeto de decreto legislativo de Eduardo Lopes (PRB-RJ).

A proposta (PDS 85/2013) determina que sejam sustados os efeitos de decisão adotada na terça-feira pelo TSE que retirou uma vaga das bancadas de Alagoas, Espírito Santo, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul e duas vagas da Paraíba e do Piauí. A mesma decisão aumentou em uma vaga as bancadas do Amazonas e de Santa Catarina, em duas as representações do Ceará e de Minas Gerais e em quatro a bancada do Pará.

Lopes argumenta que a alteração só pode ser feita por meio de lei complementar, conforme determina o artigo 45 da Constituição. Por esse motivo, ele considera a decisão do TSE uma "invasão de competência" e uma "desobediência à Carta".



Moreira/Agência Senado

Senador considera decisão do TSE uma "invasão de competência"

O novo cálculo apresentado pelo TSE foi feito com base no Censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Atualmente, a divisão das 513 cadeiras da Câmara dos Deputados tem por base a população dos estados em 1998.

O líder do PT no Senado, Wellington Dias (PI), explica que as regras de representação na Câmara estão definidas pela Lei Complementar 78/1993, a qual determina que o número de deputados federais seja definido de forma proporcional à população de

cada estado e do Distrito Federal, não podendo ser menor que 8 ou maior que 70.

Ele reconhece que, de 1998 para cá, houve variação do número de habitantes nos estados, resultando em alteração na proporcionalidade. No entanto, segundo o senador, há divergência quanto à adoção do Censo de 2010 como referência.

— Defendemos que sejam usados os dados de 2012. O IBGE faz o censo populacional a cada dez anos e projeções anuais. Se em 1998 [a divisão das cadeiras] foi feita com base em uma projeção, como é que agora só pode ser feita com base no censo [de 2010] e não nas projeções? — questiona.

Wellington argumenta que a alteração deve ser feita logo depois de uma eleição, para valer no pleito seguinte, e que a recente decisão do TSE foi tomada "às vésperas da abertura do processo de 2014".

O PDS 85/2013 tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Se aprovado na comissão e no Plenário, irá para a Câmara.



Gêh. Rodrigo Rollemberg

Rollemberg (2º à esq.) visita a região com uma comissão de deputados e ouve moradores, em busca de solução para um impasse que se arrasta há 40 anos

Rollemberg busca preservação na Serra da Canastra

Proteger as nascentes do Rio São Francisco e transformar produtores em parceiros da preservação: esses são, para Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), os desafios da delimitação do Parque Nacional da Serra da Canastra, em Minas Gerais, questão que se arrasta há 40 anos. O senador integrou comissão externa da Câmara que visitou a região quinta e sexta-feira. Na Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado, ele relata dois projetos sobre o tema (PLC 147/2010 e PLC 148/2010).

— A preservação ambiental está em primeiro lugar, mas é preciso uma atenção especial aos moradores — contou.

Criado em 1972, o parque teria 199 mil hectares, mas apenas 72 mil foram delimitados com desapropriações. Em 2005, o Instituto Chico Mendes

(ICMBio), que administra o parque, tentou ampliar a área de proteção, mas encontrou resistência da comunidade local, com 3 mil famílias.

— No substitutivo que apresentei, dos 199 mil hectares, cerca de 121 mil hectares serão parque nacional e 77 mil serão monumento natural, uma unidade de conservação que permite a continuidade de atividades econômicas de baixo impacto — disse.

Mineração

Rollemberg afirmou que a principal preocupação dos moradores é quanto à segurança jurídica para continuar as atividades econômicas. Ele explicou que a lei deve explicitar o que pode ser explorado e em que dimensão.

Quando à mineração, o senador explicou que deve manter

como área protegida o kimberlito (rocha fonte de diamantes) Canastra 1. Essa rocha recebeu autorização de pesquisa do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), que estimou o potencial em 7 mil quilates de diamante. Segundo ele, a preservação tem alto valor simbólico, pela localização no centro do parque. O kimberlito Canastra 8, mais à margem do parque, e as áreas de quartzito não serão incluídas na preservação.

— Minha proposta deixa de fora áreas muito degradadas e incorpora áreas de alto valor ambiental, como a Cachoeira Casca D'Anta — explicou.

Segundo ele, o ICMBio acredita que a experiência pode ser modelo de como tratar as populações tradicionais, um projeto-piloto de convivência harmônica.

Financiamento eleitoral precisa mudar, diz Viana

Jorge Viana (PT-AC) defendeu mudanças no financiamento de campanhas eleitorais. Ele participou de reunião com o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, que defende o financiamento público.

— É preciso lutar pelo dinheiro limpo na eleição,

pela transparência.

Segundo o senador, a cada dia a classe política perde mais prestígio diante da opinião pública. Ele criticou também o excesso de partidos, mas reconheceu a dificuldade de aprovar mudanças.

— A reforma não sai por conta dos maus políticos.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO Sessão de debates

14h Sem votação de matérias, a sessão não deliberativa destina-se a pronunciamentos de senadores.

CI Eletricidade alternativa

18h A Comissão de Serviços de Infraestrutura realiza o quarto painel de debates sobre energia e desenvolvimento. O tema em pauta será "Eletricidade alternativa", incluído no ciclo de palestras Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do país.

TERÇA

CCT Pessoas desaparecidas

9h Projeto altera Lei Geral de Telecomunicações para prever a possibilidade de utilização das redes de telefonia móvel para localização de pessoas desaparecidas.

CAE ICMS único

10h O primeiro item a ser examinado é o projeto de resolução que unifica gradualmente as alíquotas interestaduais do ICMS.

CCJ Acordos internacionais

10h Analisa, entre outros, projeto que torna privativa do Senado a competência para decidir sobre acordos internacionais e a indicação de Saulo José Casali Bahia para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

CE Orientação vocacional

11h Na pauta da Comissão de Educação, projeto que torna obrigatória orientação vocacional no ensino médio.

OUVIDORIA Posse de Lúcia Vânia

11h30 Cerimônia de posse de Lúcia Vânia na Ouvidoria-Geral do Senado.

CMA Diretor da ANA

11h30 Sabatina de Paulo Lopes Varella Neto para recondução como diretor da Agência Nacional de Águas (ANA). Em seguida, instalação da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

CÓDIGO PENAL Crimes cibernéticos

14h30 A comissão destinada à reforma do Código Penal debate crimes contra o patrimônio, a propriedade imaterial e cibernéticos, com a participação do delegado da Polícia Federal Carlos Miguel Sobral.

QUARTA

CONSELHO Transparência e Controle

15h Solenidade de instalação do Conselho de Transparência e Controle Social do Senado, no Salão Nobre.

CI Energia eólica

7h30 A comissão debate a viabilidade e as vantagens da energia eólica como alternativa na geração energética. Também vota projeto determinando que as empresas de táxi com 20 ou mais veículos tenham 5% da frota adaptada a pessoas com deficiência.

CDH Impunidade no campo

8h Audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre conflitos agrários e impunidade no campo.

CAS Aposentadoria especial

9h O trabalhador da construção civil poderá ter direito a aposentadoria especial, conforme projeto na pauta da comissão. Outra proposta torna obrigatória a avaliação psíquica, pelo SUS, de todas as crianças nos primeiros 18 meses de vida.

CDR Amazônia Legal

9h Projeto em pauta na Comissão de Desenvolvimento Regional cria obrigações de universalização de serviços de telecomunicações para a Amazônia Legal.

CE Ministra Marta Suplicy

10h A ministra da Cultura, Marta Suplicy, fala à Comissão de Educação sobre as diretrizes e prioridades da pasta.

REGIMENTO COMUM Lobão Filho

14h30 Exposição do senador Lobão Filho sobre a proposta de reforma do Regimento Interno do Senado.

QUINTA

CDH Dia do Índio

8h30 Audiência para discutir a situação dos povos indígenas, como parte das atividades em comemoração ao Dia Nacional do Índio. Entre os convidados, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS Audiência

14h30 A Comissão Temporária de Prevenção e Combate a Incêndios no Brasil realizará audiência pública para coletar subsídios para a elaboração do relatório final.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Nesta semana também devem ser analisadas propostas de criação de tribunais regionais federais e de obrigatoriedade de prestação de contas a senadores pelas agências reguladoras

Pauta de votações do Senado inclui projeto do Estatuto da Juventude

A VOTAÇÃO PELO Plenário do projeto do Estatuto da Juventude (PLC 98/2011) foi confirmada para amanhã pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. Também estão na pauta propostas de emenda à Constituição (PECs) que preveem a criação de tribunais regionais federais e a prestação anual de contas, ao Senado, por dirigentes de agências reguladoras.

O projeto do Estatuto da Juventude trata dos direitos das pessoas com idades entre 15 e 29 anos. Alguns pontos ainda geram discordância, como a exclusão da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 da regra geral de meia-entrada em eventos culturais e esportivos para estudantes e jovens carentes.

Também gera controvérsia, no projeto de Estatuto da Juventude, a gratuidade no transporte interestadual. A proposta, na forma aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), assegura aos estudantes que comprovarem renda familiar de até dois salários mínimos a ocupação de dois assentos de forma gratuita em ônibus interestaduais e de mais dois lugares com desconto de 50%.

Se aprovado com as alterações feitas pelo Senado, o texto ainda terá que voltar para análise da Câmara dos Deputados.



Estudantes e jovens carentes terão direito a meia-entrada em eventos culturais e esportivos, segundo o projeto

Criação de tribunais depende de acordo

Outros projetos dependem de acordo para votação. Segundo o líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), a pauta pode ser discutida hoje com a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, em reunião dos líderes.

Entre os itens, estão quatro PECs que criam tribunais regionais federais, ação criticada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa. Alguns parlamentares dizem que a medida é inconstitucional

porque a iniciativa deveria ser do Judiciário, por meio de projeto de lei.

Além disso, o fato de a Câmara ter aprovado recentemente a criação de quatro tribunais (PEC 544/2002) gera dúvidas sobre o que acontecerá com duas das PECs que tramitam no Senado. A expectativa é de que as PECs 42/2012 e 86/2011 sejam prejudicadas, já que a proposta aprovada na Câmara inclui a criação de tribunais no Paraná e no Amazonas. Já as PECs 61/2012 e 46/2012, que criam

TRFs no Ceará e no Pará — estados não contemplados —, poderão ser votadas.



Braga anuncia que itens polêmicos devem ser discutidos com ministra

Vital pede ação contra falta de água em Campina Grande



Vital do Rêgo (PMDB - PB) pediu ao presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu Guillo, providências para evitar "possível colapso" em decorrência do baixo nível dos reservatórios de água que abastecem Campina Grande (PB). O senador sugeriu a imediata suspensão da irrigação na Bacia do Alto Paraíba.

Vital afirmou que vai entregar ao presidente da ANA relatório elaborado pelo Ministério Público da Paraíba e pela Assembleia Legislativa do estado. Para o senador, políticas públicas competentes podem amenizar ou até eliminar os efeitos adversos da seca.

— A secular conjugação de incompetência e desca-so impõe perdas terríveis à sociedade brasileira — disse.

Diretor da ANA passa por sabatina de recondução

A Comissão de Meio Ambiente vai sabatar amanhã o diretor da Agência Nacional de Águas (ANA) Paulo Lopes Varella, indicado para recondução ao cargo que ocupa desde 2009.

Em parecer favorável à indicação, Ivo Cassol (PP-RO) destaca a ampla experiência do geólogo Varella em vários cargos de direção em órgãos relacionados à gestão de recursos hídricos.

Entre os cargos já ocupados por Varella, estão o de diretor de Recursos Hídricos da Companhia de Desenvolvimento dos Recursos Minerais do Rio Grande do Norte (CDM); diretor-geral do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Norte (Idema-RN); e, desde outubro de 2009, governador do Conselho Mundial da Água.

Aloysio critica demora em regular setor de mineração



A demora do governo para enviar ao Congresso proposta de marco regulatório para a mineração foi alvo de crítica de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). Segundo ele, a proposta deveria ter sido enviada em 2010 e a situação piorou após a presidente Dilma Rousseff decidir, no final de 2011, pela suspensão de autorizações para pesquisa e licença de lavras. Aloysio teme que a repartição dos royalties da mineração desencadeie "guerra fratricida" igual à gerada pela divisão dos royalties do petróleo.

Ana Amélia (PP-RS) chamou a atenção para prejuízo na saúde devido ao atraso.

— Já está previsto que os royalties da mineração serão aplicados na saúde — explicou a senadora.

Requião quer apurar denúncia sobre portos



Roberto Requião (PMDB-PR) anunciou que pretende esclarecer denúncia de que o governo teria editado medida provisória para "legalizar uma ilegalidade": a operação de portos privados de Santa Catarina com cargas de terceiros. Uma semana antes, ele recebeu denúncias de que o Tribunal de Contas da União era pressionado por concessionários para adiar um julgamento alegando a iminente edição de uma MP.

Agora, Requião disse ter sido informado de que o tribunal aprovou a operação. Ele afirmou que hoje pretende buscar esclarecimentos junto ao TCU.

— Induziram-me a um erro? Ou realmente houve uma pressão da Casa Civil e a legalização do que era ilegal? — questionou.

Ana Amélia: Aerus completa sete anos de intervenção



O Aerus, fundo de pensão dos ex-funcionários da Varig, completa sete anos de intervenção judicial, lembrou Ana Amélia (PP-RS).

— Mais de 800 aposentados e pensionistas já morreram à espera do benefício. Aposentados que deveriam receber R\$ 1 mil estão recebendo apenas R\$ 80. É uma esmola!

A senadora fez um apelo ao presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, pela votação da ação ajuizada por ex-trabalhadores que pedem que a União assuma o pagamento dos benefícios.

Ana Amélia também alertou sobre a importância de investimentos em segurança sanitária, principalmente após a ameaça detectada na China de uma nova variante do vírus da gripe aviária.

País entra na corrida pelo “mineral do tablet”

As terras-raras são a matéria-prima básica de telefones celulares, carros híbridos, mísseis teleguiados e outras maravilhas da tecnologia. O Brasil se empenha para começar a extraí-las do subsolo e reduzir a dependência da China, que há anos domina o mercado internacional

Ricardo Westin

OS SUBSOLOS DO Brasil guardam um dos recursos naturais mais cobiçados do século 21: os elementos químicos conhecidos como terras-raras. Embora o nome não soe familiar, são o ingrediente essencial das maravilhas da alta tecnologia.

As terras-raras fazem funcionar tablets, telefones celulares, lasers, turbinas de energia eólica, catalisadores para refino de petróleo, aparelhos de ressonância magnética, mísseis teleguiados, carros híbridos (movidos a gasolina e eletricidade) e outras invenções sem as quais não se imagina a vida moderna.

Apesar de terem elevado valor estratégico, o Brasil não tira proveito desses elementos. Praticamente não existem empresas dedicadas à extração de terras-

-raras. O país também não tem noção de seu potencial. Apenas algumas jazidas estão mapeadas.

O governo corre para mudar esse quadro. Dois ministérios, o de Minas e Energia e o da Ciência e Tecnologia, tentam convencer as mineradoras a explorar as jazidas já localizadas e incentivar os institutos de pesquisa a prospectar minas ainda desconhecidas.

O Senado também se envolveu. Acaba de criar, dentro da Comissão de Ciência e Tecnologia, uma subcomissão dedicada às terras-raras. A missão dos senadores é propor e aprovar uma lei que garanta a chamada segurança jurídica aos investidores que decidirem apostar na pesquisa, na extração e na industrialização das terras-raras, estabelecendo quais são seus direitos e deveres.

O presidente da subcomissão é Aníbal Diniz (PT-AC). O vice-presidente é Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). A relatoria cabe a Luiz Henrique (PMDB-SC).

O Brasil não está sozinho no atraso. O mundo inteiro depende da China, que reina absoluta no mercado das terras-raras. De todo o volume comercializado internacionalmente, algo em torno de 90% sai das minas chinesas.

Nem sempre foi assim. Países como os Estados Unidos, a Austrália, a África do Sul e o próprio Brasil extraíam quantidades significativas de terras-raras até algumas décadas atrás.

Submarino nuclear

No Brasil, a história remonta ao final do século 19, quando foram descobertos depósitos de areias ricas em terras-raras entre o norte do Rio de Janeiro e o sul da Bahia. Primeiro, saíram do país como lastro de navio (material pesado acomodado no porão das embarcações para dar-lhes estabilidade). Depois, passaram a ser vendidas para a Europa como matéria-prima das mantas incandescentes dos lâmpões a gás. Eram as terras-raras que conferiam às mantas a valiosa capacidade de não se queimarem em contato com o fogo.

Nos anos 50, as terras-raras extraídas daquelas mesmas jazidas foram exportadas para os EUA e empregadas no USS Nautilus, o primeiro submarino de propulsão nuclear da história. Em barras, as terras-raras brasileiras controlavam a absorção de nêutrons do reator atômico do Nautilus.

O nome terra-rara é enganoso. Esses elementos não têm terra na composição nem são raros. Quando foram identificados,



Funcionários de mineradora trabalham numa jazida em Araxá: governo quer que país volte a ser produtor de terras-raras, elementos que são encontrados ligados a minérios

no século 18, os cientistas chamavam os óxidos de terras. E os consideravam raros porque eram (e ainda são) encontrados em baixas concentrações, agregados a minérios e minerais. Hoje se sabe que, ainda que “diluídos”, estão em vários pontos da crosta terrestre. Alguns são mais abundantes do que o cobre e o ouro.

No total, 17 elementos químicos fazem parte da família das terras-raras, como o európio, o túlio, o lantânio e o ítrio. Eles são vizinhos na tabela periódica. Assemelham-se em razão de suas propriedades químicas, magnéticas e de fluorescência, que os tornam insumos insubstituíveis na tecnologia de ponta. São as terras-raras que possibilitam a existência dos ímãs mais potentes que há e permitem a criação de aparelhos eletrônicos cada vez menores. Num celular, elas se contam em gramas. Numa turbina eólica, em centenas de quilos.

A China conseguiu antever que os usos das terras-raras se multiplicariam e entrou com força total nesse filão. Em meados dos anos 80, adotou uma estratégia agressiva de negócio, incluindo polpudas subsídios estatais à pesquisa tecnológica e à extração.

Como os chineses conseguem vender terras-raras a preços irrisórios, é muito mais conveniente

e barato para qualquer país importar as terras-raras da Ásia do que extraí-las em seu próprio território. É um clássico exemplo de dumping. Fora da China, como consequência, praticamente mina nenhuma sobreviveu.

Preços em alta

Em 2010, o governo chinês deu um susto no mundo. Sem aviso, restringiu as exportações de terras-raras, impondo cotas e elevando impostos. O país argumentou que queria proteger o meio ambiente e poupar um recurso natural finito. Na realidade, a ideia era favorecer sua própria indústria de tecnologia. É mais lucrativo vender aparelhos de alta tecnologia (que contêm terras-raras processadas) do que exportar a matéria-prima bruta.

Com a procura em alta e a oferta em baixa, o preço disparou. Entre 2010 e 2011, o quilô do térbio pulou de US\$ 605 para US\$ 2.973. O do európio passou de US\$ 625 para US\$ 3.800.

Foi então que o mundo acordou para o perigo de ser refém dos humores do monopólio chinês. A situação fica ainda mais preocupante quando se leva em conta a certeza de que o consumo de terras-raras sofrerá um aumento exponencial nos próximos anos — o comércio de laptops,

smartphones e tablets não para de crescer, os carros híbridos estão prestes a ganhar o mundo e os investimentos em energia eólica tendem a se intensificar, como fonte de energia limpa.

Com a crise iniciada em 2010, diversos países se mobilizaram para ressuscitar a exploração local de terras-raras. Entre outras medidas, ofereceram incentivos financeiros às mineradoras e relaxaram as exigências para a concessão das licenças ambientais. Os americanos e os australianos foram os mais ágeis.

Os EUA reativaram uma gigantesca mina na Califórnia, depois de uma década abandonada. A produção americana, nula em 2011, chegou a 7 mil toneladas em 2012. Na Austrália, entre um ano e outro, a extração pulou de 2.200 para 4 mil toneladas. Como comparação, a China chegou a 100 mil toneladas no ano passado.

Em outra frente, o governo do Japão deu estímulos para que sua indústria automobilística criasse formas de reciclar terras-raras.

A preocupação desses países vai muito além do aspecto econômico. Explica Ronaldo Santos, coordenador de Processos Metalúrgicos e Ambientais do Centro de Tecnologia Mineral (Cetem): — As terras-raras estão presentes em todos os aparatos eletrônicos de vigilância, segurança e defesa. Os países estão preocupados com sua soberania. Ficarão vulneráveis se houver desabastecimento de terras-raras.

O Brasil também sentiu os efeitos da política restritiva da China. As dificuldades para obter a matéria-prima chegaram a ameaçar a fabricação nacional de catalisadores para refino de petróleo — o petróleo é um dos grandes motores da economia brasileira. Foi então que o governo se mobilizou.

Ao elaborar o Plano Nacional de Mineração 2030, o Ministério de Minas e Energia incluiu as terras-raras entre as prioridades do país para as próximas duas décadas. O Serviço Geológico do Brasil, que é ligado ao ministério, recebeu a ordem de localizar novas jazidas.

Em outra frente, o Ministério da Ciência e Tecnologia busca estimular a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico em terras-raras. Promete destinar nos próximos anos R\$ 11 milhões a institutos de pesquisa públicos e privados. Um dos desafios é criar tecnologias que permitam separar as terras-raras de minérios e minerais. As técnicas que se conhecem hoje são complexas, caras e extremamente poluentes.

Como parte da estratégia do governo, discute-se a possibilidade de o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) criar linhas especiais de financiamento para as empresas que se dedicarem à prospecção, à extração e ao processamento das terras-raras.

Recomeçar do zero

Em meados do século passado, quando as terras-raras ainda não tinham tantas aplicações, o Brasil era líder mundial no setor. No início dos anos 60, as minas foram estatizadas. A Orquima, a empresa que forneceu as terras-raras que alimentaram o submarino Nautilus, também passou para as mãos do governo. Assim começava o lento desmonte da cadeia produtiva.

— O Brasil perdeu todo o investimento que havia feito em tecnologia e recursos humanos. Recomeçar do zero agora não será fácil. Temos um grande desafio — diz o químico da Universidade de São Paulo (USP) Osvaldo Antonio Serra, que foi estagiário na Orquima antes da estatização.

“É uma questão de soberania nacional”

O senador Luiz Henrique (PMDB-SC) é um dos políticos mais atuantes na questão das terras-raras. Foi ele quem propôs, no ano passado, a criação de uma subcomissão no Senado que buscasse caminhos para o Brasil vencer o atraso na exploração desses elementos químicos. Luiz Henrique agora é o relator da nova subcomissão.

Nas palavras do senador, as terras-raras são “o grande insumo da nova era industrial”. Sem elas, não se fazem equipamentos de alta tecnologia das áreas de telecomunicações, defesa, energia limpa, petróleo e até saúde.

— A China domina praticamente todo o mercado mundial de terras-raras. O Brasil precisa agir rapidamente. Temos terras-raras em abundância em nosso território. Não faz sentido termos dependentes da China numa matéria-prima tão estratégica — afirma.

Segundo Luiz Henrique, a subcomissão proporá medidas que estimulem a identificação de novas jazidas e a exploração das minas já conhecidas. As empresas deverão receber do governo estímulos financeiros para entrar no negócio.

Para o senador, porém, o país não pode se tornar um simples exportador da matéria-prima bruta. Deve processar as terras-raras e com elas produzir as peças requeridas pela indústria, como os superímãs, que têm elevado valor agregado. Assim, segundo ele, outra tarefa da subcomissão é traçar estímulos para que os institutos de pesquisa brasileiros criem técnicas de processamento das terras-raras. Amanhã, a Comissão de

Ciência e Tecnologia (da qual a nova subcomissão faz parte) analisará um pedido de audiência pública apresentado por Luiz Henrique. O senador propõe que sejam ouvidos representantes do Ministério de Minas e Energia, do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Centro de Tecnologia Mineral (Cetem), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e da Fundação Certi, entidade com sede em Florianópolis dedicada ao desenvolvimento de novas tecnologias.

A seguir, a entrevista de Luiz Henrique ao **Jornal do Senado**:

De que forma a subcomissão pretende estimular a exploração das terras-raras no Brasil?

A subcomissão vai elaborar uma proposta de marco regulatório para a exploração das terras-raras. O marco conterà regras que incentivarão a iniciativa privada a entrar no negócio — na prospecção, na mineração e na transformação industrial desses elementos. Hoje as empresas não têm nenhum incentivo.

O governo promete enviar brevemente ao Congresso a proposta de um novo marco regulatório para todo o setor da mineração. O marco atual não contempla as terras-raras. O novo deverá incluí-las. Não há o risco de a proposta da subcomissão do Senado se chocar com a do governo?

A ideia é que o marco regulatório das terras-raras que vamos propor se transforme num capítulo do novo marco regulatório



Luiz Henrique, relator da subcomissão de terras-raras: incentivo às mineradoras

da mineração. As terras-raras são uma questão de fronteira tecnológica e soberania nacional. Demandam urgência. Não sabemos quando o novo marco regulatório da mineração ficará pronto. Aprovando o capítulo específico das terras-raras, daremos uma resposta mais rápida a esse setor tão delicado.

Um dos entraves para a produção brasileira é financeiro. A China vende terras-raras a preços muito baixos...

A proposta da subcomissão seguramente tratará do aspecto financeiro. A ideia é que os empreendimentos voltados para as terras-raras tenham prioridade em financiamentos públicos, como os concedidos pelo BNDES e pela Finep [empresa pública ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia que financia pesquisas e projetos].

Outro obstáculo é a escassez de especialistas. Quando o Brasil deixou de investir na exploração das terras-raras, os pesquisadores perderam esse ramo de atuação.

O déficit de pesquisadores

existe. Por um lado, precisamos trazer de volta os especialistas em terras-raras que se viram obrigados a buscar trabalho no exterior. Por outro, temos de mandar nossos cientistas para centros de excelência de outros países, para que se capacitem e voltem com o conhecimento necessário. O Programa Ciência sem Fronteiras [do governo federal, que dá bolsas de estudos no exterior a pesquisadores] tem uma contribuição valiosíssima a dar nessa direção.

O senhor diz que as terras-raras são uma questão de soberania nacional. Por quê?

Nos anos 40 e 50, o Brasil contava com cientistas que tinham condições de levar o país ao domínio de todas as fases da tecnologia nuclear, inclusive o enriquecimento de urânio. Em vez disso, cedemos a pressões internacionais e simplesmente exportamos nossos minérios radioativos. Não podemos repetir esse erro com as terras-raras, que são igualmente estratégicas. Precisamos dominar toda a cadeia produtiva e deixar de ser dependentes de outros países.

O mundo refém do monopólio chinês



Fonte: Serviço Geológico dos Estados Unidos

A disparada dos preços



Fontes: Unesp, Serviço Geológico dos Estados Unidos, Ministério da Economia, Comércio e Indústria do Japão e Companhia de Minerais Industriais da Austrália



Sessão do Congresso para votação do Orçamento de 2013, em março: agora, parlamentares começam a avaliar o de 2014

Governo deve enviar LDO ao Congresso ainda hoje

Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias regulamenta preparação do Orçamento da União para 2014, definindo despesas prioritárias

O GOVERNO TEM de enviar hoje ao Congresso o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2014. O prazo está definido na Constituição. O consultor legislativo José de Ribamar Pereira da Silva destaca que a LDO é importante porque regulamenta e dá as “grandes linhas” à preparação do Orçamento para o ano seguinte.

— A LDO direciona a aplicação dos recursos, indica quais são as despesas prioritárias e como devem ser organizadas, além de orientar a execução — explica o consultor.

Como exemplo, José de Ribamar diz que, se a LDO determinar que as áreas de saúde e educação têm de receber uma parcela maior dos recursos, isso terá de ser obedecido pelo Orçamento.

A LDO também apresenta

previsões para a economia no ano seguinte, incluindo itens como inflação, receitas e despesas, crescimento do PIB e taxa de juros (no caso, a taxa básica ou Selic). Além disso, fatores como a situação das finanças públicas e a sinalização dos mercados interno e externo são avaliados.

— Esses fatores têm impacto sobre a arrecadação do governo e a economia que o Estado

terá de fazer para reduzir a dívida líquida [o superávit primário] — acrescenta.

Outro ponto importante da Lei de Diretrizes Orçamentárias se refere aos contingenciamentos. A partir de uma avaliação sob a perspectiva de arrecadação, a LDO indica despesas em que poderá haver a retenção, por parte do governo federal, da execução de despesas orçamentárias.

Anexo com metas e prioridades teria de acompanhar o projeto

Um motivo de polêmica em torno da LDO é o Anexo de Metas e Prioridades, que deveria ser apresentado junto com o projeto da lei, mas não tem sido enviado pelo governo. Segundo José de Ribamar, o anexo é fundamental porque detalha, para o Congresso e para a sociedade, quais serão as prioridades.

No ano passado, na ausência do Anexo de Metas

e Prioridades, os próprios parlamentares elaboraram o documento, que acabou vetado pelo governo.

A LDO tem de ser aprovada pelo Congresso até 17 de julho, caso contrário não se inicia o recesso parlamentar. No segundo semestre, o governo deve enviar o projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2014, a partir do qual será discutido e definido o Orçamento do próximo ano.

ILB inicia hoje curso sobre Siafi e orçamento público

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) inicia hoje o curso Orçamento Público: introdução ao Sistema Integrado Administrativo Financeiro (Siafi), destinado aos servidores das áreas legislativa e administrativa do Senado Federal e de órgãos conveniados.

O objetivo do curso, que tem 20 horas de duração, é capacitar administradores e gestores

para acessar as informações do Siafi, sistema contábil e financeiro que contém as informações do Orçamento federal. Os servidores aprenderão a fazer consultas diretamente no Orçamento da União e realizar execuções orçamentárias e relatórios gerenciais.

A coordenadora do curso, Margarida Brito Silva, lembra que a capacitação é uma das

mais procuradas entre as oferecidas pelo ILB.

O professor Edval Ferreira, especialista em ciências políticas, explica que o domínio do acesso ao Siafi ajuda a atividade parlamentar. Ele lembra que o acompanhamento do Orçamento permite que as emendas apresentadas pelos parlamentares tenham melhor embasamento.

Mudanças no ICMS dominam pauta da CAE

A busca de uma “saída organizada” da guerra fiscal — incentivos tributários que os estados concedem para atrair investimentos privados — deverá dominar a agenda da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na reunião de amanhã. O primeiro item da pauta será a leitura do relatório de Delcídio do Amaral (PT-MS) ao projeto de resolução que unifica gradualmente as alíquotas interestaduais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) até 2025.

A maior reforma do ICMS feita desde sua instituição, há 48 anos, enfrenta várias frentes de oposição. O projeto de resolução enviado pelo Executivo (PRS 1/2013) reduz para 4% as alíquotas interestaduais, hoje de 7% nos estados avançados (Sul e Sudeste) e de 12% nas demais unidades da federação. Sul e Sudeste chegariam, primeiramente,



Delcídio do Amaral apresentará relatório sobre unificação do ICMS

a 4%, a partir de 1º de janeiro de 2016. As outras regiões teriam um período maior de transição para os 4%, índice que só seria alcançado em 1º de janeiro de 2025.

Em debates no Senado, a proposta enfrentou críticas dos representantes do Sul e Sudeste, que preferem uma unificação imediata em 4%, e também dos representantes das demais regiões, que aceitam no máximo uma transição de longo prazo para 4% e 7% — sendo a alíquota maior para os estados mais pobres.

Comissão de Infraestrutura debate eletricidade alternativa

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) realiza hoje, às 18h, o quarto painel do ciclo de debates sobre energia e desenvolvimento, proposto pelo presidente da CI, Fernando Collor (PTB-AL). Eletricidade alternativa será o tema em pauta.

O assunto deverá ser debatido por Luiz Horta Nogueira, pesquisador em energia e consultor da Organização das Nações Unidas (ONU); Alexandre Costa, diretor do Centro de Energias Renováveis (CER); Ricardo Rüther, professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); e Eduardo Soriano Lousada, coordenador-geral substituto de tecnologias setoriais do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Hidrelétrica

Alternativas à geração de energia hidrelétrica também foram debatidas na semana



Collor propôs ciclo de audiências sobre energia e desenvolvimento

passada pela CI. O secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, Altino Ventura Filho, destacou as vantagens e as desvantagens das usinas hidrelétricas com base em grandes represas e as chamadas usinas a fio d'água.

O empresário Paulo Kev defendeu uma mudança radical no modelo de geração elétrica do país. Para ele, o ideal seria a implantação de um sistema de geração universal, que associaria a geração solar e a eólica.

Mesa do Senado Federal

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Davi Emerich

Diretora de Jornalismo: Virgínia Galvez

Agência Senado

Diretor: Marco Antônio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

J DO DO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Silvío Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333



No Instituto Lula, os dois tiveram o primeiro encontro desde que Renan assumiu a Presidência do Senado

Renan e Lula conversam sobre política e economia

Presidente do Senado afirma que ex-presidente da República vê com otimismo uma volta do país à vocação de crescimento. No encontro, eles também analisaram a aliança entre o PT e o PMDB

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, se encontrou sexta-feira, em São Paulo, com o ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.

No Instituto Lula, eles debateram a conjuntura política e econômica do Brasil, a necessidade de aprofundar uma agenda nacional de mudanças e a aliança política entre o PT e o PMDB para as próximas eleições.

— A aliança política entre os dois partidos está em

seu ponto mais maduro e o PMDB está unido em torno do vice-presidente da República, Michel Temer — assinalou Renan.

Em entrevista depois do encontro, o presidente comentou sobre a proposta de emenda à Constituição que cria quatro novos tribunais regionais federais, o projeto da desaposentadoria aprovada na Comissão de Assuntos Sociais, a reforma política e a reunião com Lula.

— Foi a primeira oportunidade de visitar Lula desde que assumi a Presidência do Senado. Tive a oportunidade de matar as saudades e rever um amigo. Foi uma conversa muito agradável, onde falamos sobre o quadro político e o otimismo de ambos.

Segundo Renan, Lula tem opiniões semelhantes às dele e disse achar que as coisas vão bem e que o Brasil está voltando para a vocação de crescimento.

Senador quer regra clara para tempo na TV

Em relação à reforma política, Renan afirmou ser favorável a critérios mais rígidos para o uso do tempo de televisão e o acesso ao Fundo Partidário.

— A reforma política pretende fortalecer os partidos, dar mais transparência ao financiamento e não deixar dúvidas sobre fidelidade. Buscamos a caracterização programática e política. Regras pouco claras para o Fundo

Partidário e tempo de TV acabam pulverizando os partidos e descaracterizando a ação programática.

O senador lembrou que a Casa já aprovou uma reforma política profunda, com os principais pontos da discussão que ocorre hoje na Câmara, incluindo o fim da coligação nas eleições proporcionais. Renan criticou os rótulos que, segundo ele, dificultam

o avanço das reformas.

— O problema é que no Brasil as pessoas tendem a fulanizar a discussão. Se extinguímos a coligação na eleição proporcional, dizem que vai beneficiar alguém. Se discutimos tempo de TV e Fundo Partidário, dizem que é para prejudicar outro. Isso acaba dificultando o consenso e atrasando a modernização da lei partidária — afirmou.

Só erro formal pode impedir criação de novos tribunais federais regionais

O presidente do Senado explicou que a PEC que cria os novos tribunais regionais federais (PEC 544/2002) só não será promulgada se houver erro formal, da mesma forma que aconteceu com a PEC que aumentava o número de vereadores

— Falam que algum aspecto pode não ter sido levado em consideração na tramitação dessa PEC. Dizem que pode ter havido algum erro formal. Existe um precedente sobre isso: a PEC que aumentava o número de vereadores nas câmaras municipais não foi promulgada exatamente porque havia um erro formal — disse o senador.

Cabe a Renan, como presidente do Congresso, a promulgação da emenda constitucional. Devido às expectativas de custos para a criação e funcionamento dos tribunais, o tema gerou controvérsia entre o presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, e entidades de classe de juízes.

Discussão sobre desaposentadoria deverá ser aprofundada em Plenário

Sobre o projeto de lei que estabelece a desaposentadoria, aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais, Renan esclareceu que, se houver recurso de senadores, a proposta terá de ser examinada em Plenário. Ele defendeu a instância para aprofundar o debate.

— O recurso para análise da proposta em Plenário servirá para comparar números, confrontar dados, até eliminarmos qualquer dúvida — disse Renan.

Senadores da base do governo pretendem apresentar recurso para a análise em mais duas comissões, além do Plenário. Na semana passada, vários ministros se manifestaram contra a proposta (PLS 91/2010), devido à possibilidade de um desequilíbrio maior nas contas da Previdência.

O conceito de desaposentadoria permite ao aposentado que volta a trabalhar a soma do novo tempo de contribuição para conseguir um benefício maior.

Brasileiros apoiam publicação de impostos na nota fiscal

Levantamento do Ibope divulgado semana passada aponta que 90% dos brasileiros são favoráveis à lei que obriga comerciantes a detalharem na nota fiscal os impostos embutidos nos preços dos produtos. Na opinião de 53% dos entrevistados, a lei poderá servir para que os tributos sejam reduzidos. E 65% afirmam que o brasileiro deverá cobrar do governo mais eficiência no gasto do dinheiro arrecadado.

Originária de projeto de Renan Calheiros (PMDB-AL), a lei entra em vigor em junho. Foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff em dezembro, depois da aprovação pela Câmara. Para Renan, a divulgação dos impostos é questão de cidadania.

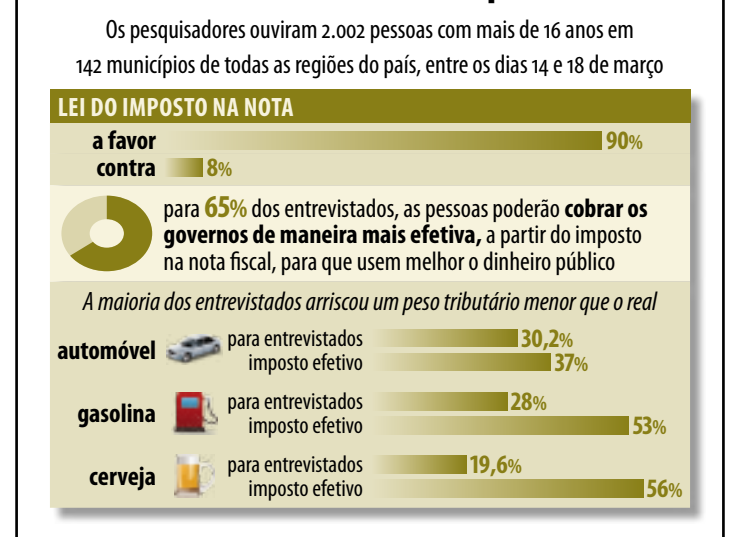
— É fundamental que cada brasileiro tenha noção exata do quanto paga de imposto.

Só assim esses cidadãos poderão cobrar do governo a correta aplicação dos tributos na melhoria da qualidade de vida de toda a população — afirmou o senador.

Ao todo, oito tributos deverão ser discriminados: ICMS, ISS, IPI, IOF, PIS, Pasep, Cofins e Cide. Cada um deverá ser registrado separadamente, inclusive nos casos de regimes jurídicos tributários diferenciados de cada fabricante, varejista e prestador de serviços.

Comerciantes, lojas e prestadores de serviços serão obrigados a informar tributos federais, estaduais e municipais. Quem descumprir a lei pode ser enquadrado no Código de Defesa do Consumidor, que prevê multa, suspensão da atividade e até cassação da licença de funcionamento.

Os números do Ibope



Fonte: Associação Comercial de São Paulo (ACSP)

Viana diz que controle de preços é prioridade e critica imprensa

Jorge Viana (PT-AC) afirmou sexta-feira que o controle dos preços é uma das prioridades do governo da presidente Dilma Rousseff. Segundo ele, o aumento dos preços de produtos, como tomate e mandioca, tem relação com problemas sazonais.

Viana lembrou que o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, já havia alertado em audiência no Senado para a alta da inflação no primeiro semestre, mas indicou que o índice perderia força ao longo do ano.

— Hoje abro os jornais, ligo o rádio, assisto à televisão e está todo mundo falando como se a inflação fosse a pior de todos os tempos. Não sei se já é uma tentativa de pautar os temas do ano que vem — afirmou, referindo-se às eleições presidenciais.

Viana criticou o fato de o grande debate hoje, no Brasil, ser o tomate, sem considerar a sazonalidade.

— Nunca vi o tomate ficar tão famoso, no rádio, na televisão, em toda a mídia.

Ele relatou que a perda de toda a safra do produto em 2012 na cidade que é uma das maiores produtoras do mundo fez com que os agricultores não plantassem tomate.

Viana comparou a atual cobertura da imprensa sobre a inflação à cobrança pela redução da taxa de juros durante o governo Lula.

— Seguidamente, tínhamos reportagens dizendo que os juros eram os mais altos. Agora a presidenta Dilma baixa os juros e tem uma campanha para subir — disse.



Senador acredita que comentários têm a ver com as próximas eleições

Especialistas ouvidos em audiência se queixaram da demora, mas também da falta de critérios uniformes na revalidação de diplomas obtidos em universidades estrangeiras

Debatedores pedem critérios claros e rejeitam revalidação automática de diplomas

AGILIDADE NO PROCESSO, menos burocracia e critérios transparentes para revalidação no Brasil de diplomas obtidos no exterior foram os pedidos dos participantes da audiência pública que discutiu o tema, na sexta-feira, na Comissão de Relações Exteriores (CRE). O encontro discutiu o Projeto de Lei do Senado (PLS) 399/2011, que trata da revalidação e do reconhecimento automático de diplomas de instituições de ensino superior estrangeiras.

Os convidados concordaram que, ao contrário do que propõe o projeto, a revalidação do diploma não deve ser automática. A reivindicação é de que seja estabelecido um processo objetivo de avaliação. Atualmente, o diploma conquistado no estrangeiro deve ser submetido à análise de uma universidade brasileira que possua curso equivalente avaliado e reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). As críticas dos estudantes são de que o processo é demorado e subjetivo, com regras que variam a depender da instituição de ensino a quem foi pedido o reconhecimento.

Autor do projeto, Roberto Requião (PMDB-PR) admitiu que o texto original precisa ser aperfeiçoado, com mudanças na previsão de revalidação automática do diploma, entre outros pontos. O senador



Ana Amélia (3ª à esq.) preside audiência para debater o projeto que institui a validação e o reconhecimento automático de diplomas obtidos no exterior

observou que as instituições de ensino devem passar por avaliações periódicas, mas enfatizou a importância de mudar as atuais regras para dar mais celeridade aos pedidos. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) também defendeu a necessidade de agilidade do processo.

A audiência foi pedida pela senadora Ana Amélia (PP-RS), que presidiu a reunião.

Concorrência

O presidente da Associação Nacional de Pós-Graduados em Instituições Estrangeiras de Ensino Superior, Vicente Celestino de França, estimou que existem hoje 20 mil pedidos em análise nas universidades brasileiras, a

maioria da área de Pedagogia.

Celestino afirmou que o processo de revalidação do diploma é injusto e sem critérios claros.

O alto índice de rejeição dos diplomas também foi criticado pelo presidente da Associação Brasileira de Pós-Graduados no Mercosul, Carlos Estephano. Segundo ele, cerca de 80% dos diplomas oriundos de países do Mercosul não são reconhecidos no Brasil. Até mesmo a Argentina, que conquistou cinco prêmios Nobel, integraria a lista de diplomas rejeitados.

— Parece que as universidades não querem concorrência para seus mestres e doutores formados no Brasil — criticou

O medo da concorrência

também foi levantado pelo conselheiro da Câmara de Educação Superior Luiz Roberto Curi. Segundo ele, quem deve ser avaliado não é a instituição, mas o pós-graduado.

Para a presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Helena Bonciani Nader, tão importante quanto assegurar a revalidação do diploma conquistado no exterior é garantir a qualidade da formação desses profissionais que voltam ao Brasil.

— Sem a qualidade, vamos ser injustos com os mais de 200 mil que estão fazendo pós-graduação em cursos do país, avaliados pelo Capes. Os diplomas de curso do exterior também precisam ser

avaliados, defendeu.

Crerios transparentes e específicos de avaliação foram reivindicados ainda pela presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos, Luana Bonone. Ela sugeriu que a chancela da revalidação do diploma deveria ser do Ministério da Educação, e não das universidades.

O presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Jorge Almeida Guimarães, garantiu que a instituição tem capacidade para dobrar o número de atendimentos, hoje de 200 mil estudantes, e que a busca por bolsas em cursos no exterior tem caído diante da excelência do ensino no Brasil.

Cristovam defende educação igualitária

A proposta de federalização da educação básica no Brasil voltou a ser defendida por Cristovam Buarque (PDT-DF) em debate no Interlegis na sexta-feira. O parlamentar salientou que “a educação desigual é a mãe de todas as desigualdades”, o que, em sua avaliação, demanda a substituição do atual sistema educacional por uma rede de ensino federal com bons equipamentos e bons salários.

Cristovam classificou como vergonhosa e imoral a educação no Brasil, alertando que a situação prejudica a competitividade do país e resulta em “importação de conhecimento”. Ele ressaltou que, diferentemente do que ocorre no futebol, as oportunidades na educação não são iguais para todos os brasileiros:

— O Brasil tem os melhores craques de futebol do mundo e não tem um Prêmio Nobel — lamentou.



Cristovam (3ª à dir.) fala no debate, que teve videoconferência

Wellington cobra votação de metas educacionais

O líder do PT, Wellington Dias (PI), fez um apelo aos senadores para que aprovem o Plano Nacional de Educação (PNE), com diretrizes e metas para o setor até 2020. O projeto (PLC 103/2012) aguarda votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e seguirá para outras duas comissões antes de ir a Plenário. A proposta chegou ao Senado em outubro de 2012, após aprovação na Câmara.

Uma das polêmicas, conforme o senador, refere-se à definição de fonte de recursos para ampliar o orçamento do setor. O texto do Executivo previa a ampliação progressiva até atingir 7% do produto interno bruto (PIB), mas os deputados ampliaram a meta para 10%. Segundo Wellington, o texto não determinava a fonte de receitas, e o Executivo sugeriu os royalties do petróleo.

— Estamos agora tendo a judicialização sobre essa receita [dos royalties] e se atrelou a medida provisória que trata da aplicação dos royalties em educação ao projeto do PNE — observou.

Como essa disputa judicial pode se prolongar, ele sugere que o PNE seja aprovado e que a questão da fonte de receita seja adiada.

— Precisamos aprovar, mesmo que sob condição, ou seja, vai ser essa fonte, condicionada à sua regulamentação — sugeriu.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Médico judeu relata como sobreviveu ao Holocausto

O cardiologista Samuel Rozenberg, sobrevivente do Holocausto, relatou sua história para cerca de cem alunos do ensino fundamental do Distrito Federal na sexta-feira. Em palestra no Interlegis, ele contou como escapou com vida. Seis milhões de judeus foram mortos pelo regime nazista, inclusive a irmã dele.

Nascido na Bélgica há 78 anos, ele disse ter escapado graças ao heroísmo dos que lutaram contra a ocupação alemã. Após viver com os pais na clandestinidade, foi acolhido pelo casal Lea e Maurice Piérat com o nome cristão Paul Allain. Após a guerra, voltou a viver com os pais. Quando tinha 15 anos, a família se mudou para o Brasil.

— Ainda penso muito sobre tudo, mas encaro a vida de forma positiva e tenho fé na humanidade. Apesar de tudo, há muita gente boa — afirmou.

As palestras continuam dias 19 e 26 de abril.



“Tenho fé na humanidade”, disse Samuel Rozenberg a estudantes